



Anais da Assembléia

Nº 140

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE OUTUBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelfino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djaima de Almeida Cesar - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Gulomar Mario Piz-zato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boi-ko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

• SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Editais:

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/93

DIA DA ABERTURA: 18 de Outubro de 1993
HORÁRIO: 10:00 Horas
LOCAL: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 Rua Cândido de Abreu - Centro Cívico - Curitiba Paraná.
OBJETIVO: SEGURO DOS BENS PATRIMONIAIS DESTE PODER.
EDITAL: Os Editais poderão ser retirados na Diretoria de Apoio Técnico, através da Coordenadoria de Suprimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 30 de Setembro de 1993

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/93

DIA DA ABERTURA: 21 de Outubro de 1993
HORÁRIO: 10:00 Horas
LOCAL: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 Rua Cândido de Abreu - Centro Cívico - Curitiba Paraná.
OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ENCADERNADORA AUTOMÁTICA PARA LIVROS DE LOMBADA, COM OU SEM COSTURA, SISTEMA DE FRESAR E SERRILHAR, ALIMENTADOR DE CAPAS E SISTEMA PRENSADOR DE CAPA COM MIOLO, SISTEMA DE EXTRAÇÃO PARA REMOÇÃO DE APARAS, COLEIRO PARA COLA QUENTE COM PROGRAMADOR DE AQUECIMENTO, MESA DE SAÍDA DE LIVROS, GAVETA PARA RECEPÇÃO DE CADERNOS.
EDITAL: Os Editais poderão ser retirados na Diretoria de Apoio Técnico, através da Coordenadoria de Suprimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 05 de Outubro de 1993

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 96.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 1993
 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O DR. ROSINHA - Solicito chamada nominal para aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Em votação a Ata que foi lida. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofício:

OFÍCIO Nº 096/93
 Senhor Presidente.

Pelo presente, o Deputado que este subscreve, vem comunicar a V. Exa, o seu

ingresso no Partido Trabalhista Brasileiro - PTB.

Sendo o que se apresenta para o momento.

Sala das Sessões, em 07.10.93

(a) NELSON JUSTUS

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3922

Senhor Presidente.

Pelo presente solicito a V. Exa. que o Pequeno e Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 13.10.93, para que seja lembrado o Dia Nacional Contra a Violência.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.10.93

(a) EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 3899

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja enviado votos de pesar à Família do Sr. Vicente Luiz Muller de Andrade, pelo seu falecimento ocorrido no dia 05 de outubro último, no Município de Umuarama - Paraná.

Requer outrossim, da decisão desta Casa, que se dê conhecimento à sua esposa Marcia Helena B. de Andrade, residente na Rua Jandaia, n° 5515, Centro - Umuarama - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.10.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 3915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Izi Marques, ocorrido no dia 02 de outubro do corrente ano, na Cidade de Castro - PR.

REQUER ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, 86 - Castro - PR.

JUSTIFICATIVA:

No dia 02 de outubro de 1993, faleceu o Sr. Izi Marques, seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amigos que possuía.

E hoje, entristecidos desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

Sala das Sessões, em 07.10.93

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 3903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações a Senhora Regina Fischer Pessuti, e a Diretoria da APASDE, pelo sucesso do Jantar Beneficente, realizado na noite do dia 06, no Restaurante Madalozzo, em Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 07.10.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O acontecimento foi marcante, centenas de seres humanos das mais variadas idades, e de ambos os sexos estavam radiantes pela filantropia coletiva que estavam praticando.

Um ambiente descontraído, onde a programação com sorteios dos valiosos brindes foi coroado de êxito, onde foi de vital importância, a efetiva colaboração dada pelas pessoas que assessoram a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais - APASDE.

Pode ficar plenamente registrado, como uma Festa Brilhante que estará gravada na memória dos que tiveram a satisfação de estar presente, onde desde o princípio ao final imperou a verdadeira terminologia do companheirismo.

Diante desses fatores que enaltecem toda uma estrutura mostram a habilidade de uma entidade, onde foi imensa a participação também de colaboradores entre Deputados, suas esposas, funcionários, empresas comerciais, particulares e outros órgãos.

Assim sendo, requeremos votos de congratulações a Senhora Regina Fischer Pessuti, Presidente, e à Diretoria da APASDE - Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais, pelo sucesso do jantar beneficente, realizado na noite do dia 06 de outubro, e solicitamos que seja endereçado um expediente comunicando essa nossa decisão.

REQUERIMENTO N° 3911

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, votos de congratulações à diretoria e associadas da Associação das Esposas dos Deputados Estaduais pelo sucesso do jantar beneficente realizado na noite de ontem, dia 06.10.93.

Requerem que da decisão, seja encaminhado expediente à APASDE.

Sala das Sessões, em 07.10.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO, ROSSONI, JÚLIO BIFON, HEINZ HERWIG, LUIZ CARLOS ZUK, OSWALDO TREVISAN, COLOMBINO GRASSANO, TOTI COLAÇO, ORLANDO PESSUTI, NELSON GARCIA, PAULO MAIA, ALCEU SWAROWSKI,

ALGACI TÚLIO, MÁRIO BEZERRA, EMILIA BELINATI, ÉLIO RUSCH e LOURENÇO FREGONESE.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 595/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI", de Japurá, situada à Rua Palmares, s/n, Município de Japurá - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.10.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Japurá, presta atendimento especializado à gestante e idosos, bem como a mães de baixa renda, proporcionando condições de desenvolvimento através de cursos profissionalizantes, estimulando suas potencialidades, tornando-os mais úteis a si mesmos, à família e à comunidade.

Oferece atendimento conforme as necessidades de cada família de bôia-fria, através de atendimento médico à gestante, psicológico e odontológico.

Envolve a comunidade no processo de voluntários para campanha do agasalho e outras atividades.

Apesar das contribuições, a entidade encontra muitas dificuldades para a manutenção de seus serviços, razão pela qual apresentamos o presente projeto de lei que, se aprovado por esta Casa, contribuirá para que a APMI desenvolva melhor suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 596/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Nagibe Chede.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.10.93

(aa) CEZAR SILVESTRI

COLOMBINO GRASSANO

Apoiamto: Luiz Carlos Zuk, Paulo Maia, Namir Piacentini, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Nagibe Chede, filho de Chede Abrahão e

Rosa Abrahão, imigrantes libaneses nasceu no Município de Palmeira, no interior do Paraná, em 28 de maio de 1911.

Aos 18 anos tornava-se Rádio amador, iniciando assim, sua grande paixão na área da difusão. Já em 1948, fundava a Rádio Emissora Paranaense, com estúdios e transmissores localizados no Município de São José dos Pinhais e anos mais tarde, em 1952, nascia, também pelas suas mãos, a Rádio Curitiba; em 1968 a Rádio Universo e 1982 a Rádio Apolo FM, atualmente Rádio Scala.

No início da década de 50, outros estados como São Paulo, Rio, Minas, Rio Grande do Sul e Pernambuco, já iniciavam a era da Televisão. Nagibe, com seu espírito pioneiro, já não se contentava com suas rádios, queria ver também o Paraná incluído nessa era.

Assim foi, que em 1955 segue aos Estados Unidos, acompanhado de Lydio Paulo Bettega, indo diretamente à fábrica da RCA, onde adquiriu uma pequena câmera de TV, que mais tarde, acoplada a um transmissor de 10 watts, iria gerar as primeiras imagens em Curitiba, ainda em circuito fechado.

Para a primeira transmissão, Nagibe contou com a colaboração do empresário Pedro Stier, que acreditando naquele empreendimento, cedeu as vitrines de suas Lojas Tarobá, no Edifício Garcez, onde a população de Curitiba pôde assistir às primeiras imagens de TV geradas no Paraná.

Em caráter experimental, a TV Rádio Emissora Paranaense Ltda, começava a operar no vídeo pelo Canal 10 e o som através do rádio.

Após os primeiros resultados concretos, o então Governador Moysés Lupion conseguiu junto ao Presidente Juscelino Kubitschek a concessão do Canal de TV em Curitiba, para funcionar em caráter definitivo.

Dessa forma, surgia a TV Paranaense, Canal 12, inaugurada em 29 de outubro de 1960, com sua primeira sede própria localizada no Edifício Mariza, à Rua Senador Alencar Guimarães. Mais tarde, muda-se depois para o alto do Edifício Tijucas, no centro de Curitiba, onde permaneceu por vários anos, transferindo-se depois para a Rua Emiliano Pernetá, onde ali permaneceu até o fim da era Nagibe Chede, que então, passa o comando do Canal 12 ao Grupo da Gazeta do Povo, liderado pelo Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

Nagibe Chede, além de seu pioneirismo no rádio e TV do Paraná, também emprestou sua marcante colaboração ao Tribunal de Contas do Estado, onde em 13 de março de 1948, foi nomeado Juiz Substituto, sendo a 16 de dezembro de 1948, nomeado no cargo de Auditor, o qual exerceu até sua aposen-

tadoria, a pedido, em 23 de maio de 1964, através do Decreto nº 14.934, assinado pelo Senhor Governador do Estado.

Atualmente, aos 82 anos de idade, Nagibe Chede é Presidente da Associação dos Auditores Aposentados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Dessa forma e à vista dos dados acima, consideramos justo que este Parlamento, conceda ao Pioneiro da Televisão no Paraná, Nagibe Chede, o Título de Cidadão Benemérito de nosso Estado.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 597/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Santa Fé, a área de terras sob nº Data 02, Quadra nº 06, com área total de 260,00 m², localizada no Jardim Monte Alto, Município de Santa Fé, com as seguintes confrontações:

Pela frente: confrontando com o prolongamento da Rua Goiás, com largura de 10,00m;

De um lado: confrontando com data nº 01 com extensão de 26,00 m;

De outro lado: confrontando com a data nº 03, numa extensão de 26,00 m;

Pelo fundo: confrontando com a data nº 07, numa largura de 10,00 m, havidas a título de permuta com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com escritura pública lavrada às Notas do Tabelionato do Município de Santa Fé, Comarca de Astorga, Estado do Paraná, às fls. 186 e 187 do Livro nº 58-E em 15 de julho de 1992.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.10.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Santa Fé, em data de 15 de julho de 1992, efetuou permuta de terreno com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

A SANEPAR, até a presente data não utilizou o terreno objeto da permuta e a Prefeitura, proprietária de terreno ao lado do citado, pretende efetuar construção de 18 (dezoito) unidades habitacionais para pessoas carentes do Município, para o que faz-se necessário anexar o terreno de propriedade da Prefeitura ao terreno ora solicitado, uma vez que o terreno de propriedade do Município é insuficiente para a construção das referidas unidades habitacionais.

Buscando cumprir uma de suas principais metas de Governo, proporcionar mora-

dias aos menos favorecidos, melhorando a qualidade de vida da população, a Prefeitura Municipal de Santa Fé solicita a doação do terreno em pauta.

PROJETO DE LEI Nº 598/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a doar ao Município de Paranacity, a quadra de terra sob nº 431-A (parte da Quadra 431 remanescente) com total de área de 1.748,00 m, com os seguintes limites e confrontações:

Pela frente: com a Rua Mário Xavier de Souza, numa distância de 38,00 m;

De um lado: com a Quadra nº 431 remanescente, numa distância de 46,00 m;

Do outro lado: com a Rua Uruguai, numa distância de 46,00 m, e

Pelo fundo: com a Quadra nº 431 remanescente, numa distância de 38,00 m, havidos por doação com escritura lavrada às fls. 116va e 11v, do Livro 5/A, do Tabelião José Evangelista Ribeiro, daquela Comarca em 12 de fevereiro de 1965.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Paranacity, através de Convênio com o Ministério da Educação e Cultura - MEC, iniciará em breve a construção de cinco salas de aulas destinadas ao Ensino Pré-Escolar do referido Município, no pátio da Escola Municipalizada "Professor Eurípedes Predígio", cujo terreno pertence ao Governo do Estado.

Objetivando, o correto procedimento quanto ao caso, que exige que a construção seja efetuada em terreno pertencente ao município, e cumprindo uma de suas principais metas administrativas, que tem na Educação básica sua sustentação, a Prefeitura Municipal solicita a doação da referida área de terras.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Estamos tendo hoje a grata satisfação de receber nesta Casa os estudantes do Colégio Estadual Brasília de Araújo, Primeiro e Segundo Graus, da Cidade de Bela Vista do Paraíso. Estão acompanhados pelas professoras Shuko Kamika, Kátia Carvalho, Zulmira Volpe, professor Luiz e Rui Barbosa. Acreditamos que a presença destes jovens neste Plenário representa uma preocupação inclusive com o futuro que é deles. Hoje estamos aqui, amanhã com certeza eles estarão.

Os agradecimentos de nossa bancada, do PDT e, com certeza também a Mesa fará o pronunciamento a respeito. Obrigado por terem vindo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrada nos Anais da Casa a visita dos alunos de Bela Vista do Paraíso, bem como dos professores já citados pelo Deputado Paulo Maia.

Esta Presidência gostaria também de falar da satisfação da Mesa Executiva de recebê-los hoje em nossa Casa de Leis.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Minha saudação a Bela Vista do Paraíso. Em meu nome e em nome do Deputado Lourenço, somos nós os dois Deputados mais votados em Bela Vista do Paraíso e a minha saudação a esses homens e também à Vereadora Nilda Bernardi, minha grande companheira de trabalho.

Sejam bem-vindos à Casa.

Quero apenas discutir aqui se me permitem, mais um veto do Deputado Cezar Silvestri da Bancada do PDT. Deputado Cezar, recentemente, ao ir saindo daqui para Paranaguá, eu vi um acidente a minha frente, que nunca na minha vida vi coisa igual. Aliás, o acidente foi uma lição para mim, que sou pai, sou avô e que eu procurasse me moderar no volante. Quando cheguei perto, vi uma dezena de cadáveres espalhados pelo chão e uma senhora morta em um carro e o motorista do carro me pedindo ajuda para que eu pudesse salvá-lo.

Parei com a minha senhora, tirei a chave de rodas e começamos a abrir a porta do carro, não conseguimos. Começaram a chegar carros, pedi ajuda, fizemos um mutirão na Rodovia Alexandra-Matinhos e conseguimos tirar um senhor que é um empresário da região de Castro e ele me reconheceu. "Deputado, a minha senhora está viva?" Eu falei: "Não, ela não está viva, ela já morreu, vamos falar a verdade, o senhor está vivo". Aí começou a chegar gente. Foi uma massa humana. As ambulâncias não apareciam. Tiramos o cidadão do carro, colocamos no chão, forramos o chão e fomos procurar os outros corpos. Metade de um carro para cá, pernas espalhadas no asfalto e eu consegui, com ajuda de outros companheiros, descer um banhado, onde encontramos um motorista de um outro carro importado, caído. Ele me disse: "Alborghetti, ajude-me, tire-me daqui". Eu falei: "Não vamos mexer em você até que chegue uma ambulância, porque você requer cuidados médicos."

"Procure a minha família". Aí, comecei a procurar a família e, lamentavelmente,

sete pessoas da família desse jovem estavam todas mortas. Ali ficamos esperando. Eram três horas. Às cinco horas da tarde apareceu a primeira ambulância - que não é ambulância, nunca foi ambulância - é um carro com uma cama dentro, sem médico, sem nada, sem prestação de serviço, apenas para transportar o ser humano, colocar lá dentro e levar.

Se tivesse chegado ali uma ambulância - como o Deputado Cezar Silvestri pede ao Governo do Estado do Paraná - nos moldes do SIATE e eu já precisei do SIATE. Não demorou três minutos para salvar a vida do meu filho, na Capital do Estado. Não demorou três minutos ela chegou, mas chegou com médicos, com uma equipe fantástica.

Tenho que parabenizar o Estado por ter criado este tipo de atendimento à família brasileira da Capital do Estado. Gostaria que esse tipo de atendimento tivesse em Cornélio Procopio, se desse em Cianorte, Deputado Mário; se desse em Ivaiporã; se desse na minha querida Ponta Grossa; se desse em União da Vitória; se desse em Sarandi; se desse na Região do Deputado Toti; se desse na minha Londrina; na Região de todos os Senhores que estão aqui; se desse em Araçongas.

O Deputado Cezar pede, pelo amor de Deus - tem coisas que não dá, que não passa na minha cabeça. Diz aqui o Senhor Governador, estou vetando porque é contrário ao interesse público. Como contrário, meu Deus, será que sou louco? Como contrário ao interesse? Está escrito aqui: "contrário ao interesse público". Não pode ser, meu querido Deputado Trevisan, não pode ser, não pode!

O SIATE é um exemplo que tem que ser seguido no Brasil inteiro. O que o Governo do Paraná plantou tem que ser seguido no Brasil inteiro. O que pede aqui? Pede o SIATE, a instalação do SIATE nas principais rodovias do Paraná.

Passo a falar no Horário do PTB.

Se naquele acidente que presenciei o cidadão que tirei do carro morreu - morreu quando chegou aqui. Se o SIATE estivesse ali, ele estaria vivo. Porque sabe o que chegou ali, Deputado Trevisan? Chegou apenas um carregador, um carro que carrega doente - como esse que tenho aqui, a minha ambulância que corta esse Paraná inteiro, como o Deputado Algaci, como todos têm aqui. Se tivesse um SIATE ali, Deputado Trevisan, esse cidadão estaria vivo.

Aqui não está obrigando o Governador, o Deputado Cezar, Deputado Trevisan, está dando uma idéia, como Vossa Excelência deu - Vossa Excelência que já ocupou o Alto Parlamento do meu País, como grande Deputado Federal - Vossa Excelência, outro dia, atendendo aos gritos das mães de Cor-

nêlio Procópio, Vossa Excelência pedia ao Governo do meu Estado a criação de uma Delegacia da Mulher, seu projeto foi vetado. Mas como? O Senhor está dando uma idéia, apenas uma idéia, meu Deus, uma idéia! Faça! Se não der agora, faça o ano que vem, ou no outro ano, ou deixe plantada sua idéia.

O Deputado Cezar Silvestri plantou uma idéia, essa idéia tem que ser respeitada, é uma idéia que o Senhor está plantando.

Diz aqui: "aspectos de inconstitucionalidade..." - não entendo esse trem, porque tudo que a gente faz aqui é inconstitucional - e que "demandaria recursos financeiros não suportáveis". Gente, construir ambulâncias para salvar vidas não é "recursos financeiros não suportáveis"!

Temos o projeto do Deputado Ernani sobre habitação que, inteligentemente, pedimos a retirada por dez Sessões, para analisar com mais vagar. Inteligentemente também tiramos o projeto do Deputado Trevisan para votarmos os vetos do Deputado Nilton Barbosa.

O Deputado Nilton está pedindo que se asfalte determinadas regiões onde Vossa Excelência sabe do sofrimento, sabe o que sofrem os pequenos, médios e grandes agricultores para o transporte de sua safra.

O Deputado Ernani está pedindo aqui um trabalho mais específico, que vá de encontro à habitação do Estado do Paraná.

Vossa Excelência pede o SIATE - é uma idéia para ser plantada no Estado do Paraná. Meu Deus do céu, porque vetar, vetar uma idéia? Nós temos que dar idéias, plantar idéias, idéias que venham de encontro à família brasileira do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Senhor Deputado, também quero associar-me às homenagens prestadas por Vossa Excelência aos nossos caríssimos estudantes de Bela Vista do Paraíso, cujo município - uma parcela - eu represento por ter sido votado e escolhido por aquele próspero e importante município paranaense.

Senhor Deputado, na minha opinião, esse veto governamental não poderia ser apreciado na sessão de hoje e em nenhuma sessão da Assembleia Legislativa. Ainda hoje na Comissão de Constituição e Justiça requeri diligência sobre um veto governamental de projeto de minha autoria, por ter sido vetado fora de prazo. A Comissão de Constituição e Justiça por unanimidade aceitou o meu pedido de diligência diante da decisão do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erondy Silvério, por quê? O veto ao projeto do Deputado Cezar Silvestri foi apostado, e creio, de maneira irregular no dia 27 de

julho de 1993.

Pois bem, a Constituição do Estado do Paraná estabelece que o Governo tem quarenta e oito horas de prazo para comunicar à Assembleia Legislativa sobre o veto total ou parcialmente. Esse veto governamental chegou à Assembleia Legislativa, foi enviado à Assembleia Legislativa no dia 03 de agosto, portanto, fora do prazo constitucional. O Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Orlando Pessutti, recebeu esse veto no dia 30 de agosto, vinte e sete dias após ter sido encaminhado pelo Senhor Governador do Estado. Uma demora inexplicável para atravessar essa praça de vinte e sete dias.

Quer dizer, o próprio Governador do Estado está mal assessorado, não tem em quem confiar no Palácio Iguazu, porque esses erros são imperdoáveis. Isto é matéria constitucional, isto está estabelecido na Constituição do Estado. São prazos fatais que se conta não por dias, mas por hora, hora por hora. Então, eu acredito que esse veto governamental ultrapassou a oitocentas horas no mínimo.

Além da importância do projeto do Deputado Cezar Silvestri e do alerta que Vossa Excelência está fazendo à Assembleia Legislativa, tem o aspecto que a Presidência não deveria considerar, porque, quando o Senhor Presidente analisar o pedido de diligência que eu fiz, ele vai chegar à conclusão de que o meu projeto nem deve vir para ser apreciado o veto em Plenário; deve ser promulgado pelo Senhor Presidente, como deveria ser promulgado um projeto que está na pauta para ser apreciado hoje o veto governamental.

Quero parabenizar-me com Vossa Excelência. Se estou demorando, Vossa Excelência poderá usar o horário do Partido Liberal que eu lhe cedo com muita satisfação.

O Deputado Cezar Silvestri foi feliz e foi infeliz o Governo em vetar o projeto e errou também por ter vetado fora do prazo constitucional no que estabelece o Regimento Interno.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Olha, Deputado Colombino, acho que o Parlamento... Vivendo e aprendendo.

São idéias como essas do SIATE, da criação de uma delegacia para garantir os direitos da mulher brasileira, a preocupação da Deputada Emilia com a Polícia Técnica na requisição, como disse ontem no meu programa de televisão, de máquinas fotográficas, enfim, tudo aquilo que há necessidade.

A gente vem aqui e planta uma semente. Esta semente tem que ser respeitada, Deputado Colombino, Deputado Cezar, Deputada Emilia, porque a Senhora veio aqui com o voto do povo. A Senhora não é biônica.

Ninguém aqui é biônico. Aqui eu vim pelo voto soberano das urnas, Deputado, quer dizer, nós temos que plantar idéias.

Será meu Deus que plantar idéias, como ontem eu debati aquele projeto do sistema habitacional do Deputado Ernani...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa a Vossa Excelência que o horário do PTB está terminado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - O Deputado Colombino me concedeu o Horário do PL.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa consulta o Deputado Colombino Grassano, devidamente autorizado pelo líder do Partido Liberal nós concedemos a palavra por 7,5 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado.

Então eu estou dizendo que são sementes que são plantadas e que têm que ser respeitadas.

Eu não venho aqui à Tribuna brincar com ninguém, sou um Deputado, fui eleito pelo povo, voto com os projetos sérios, voto contra aquilo que não seja favorável e que vá de encontro a família brasileira do meu Estado.

Eu acho que o projeto de Vossa Excelência, Deputado Cezar é de fundamental importância. Por exemplo em Londrina o Hospital Evangélico foi ver o preço de uma ambulância aqui no Brasil, pediram para ele, toda ela montada, 150 mil dólares. O Doutor Roberto Piraino ele comprou a mesma ambulância, mais moderna, com equipamento superior por 50 mil dólares na Argentina. Dá para entender o que acontece neste Brasil?

Eu fui filmar a ambulância. Eu não acreditei no que eu estava vendo.

Então são coisas assim que você não entende que acontece neste País.

Quando você planta idéias, que você defende, que você quer ver um Paraná com projetos relevantes, não sei, tudo é vetado, nada serve, tudo é inconstitucional, tudo gasta dinheiro, eu não entendo, por isso que eu entendi a revolta do Deputado Mário Bezerra ontem aqui, entendi a sua revolta, é uma revolta que vem do íntimo do coração.

Eu concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Alborghetti, primeiramente eu gostaria de agradecer pelo seu pronunciamento e parabenizá-lo.

Na verdade o que nós pretendíamos com esse projeto era além de darmos a idéia ao Governo do Estado é ter uma forma de para-

benizar também o Governo do Estado pela iniciativa do SIATE. E a idéia nossa é ir mais além Deputado Alborghetti, nós já tínhamos entrado em contato com o Presidente da TELEPAR, Doutor Paulo Cordeiro, para ver em quanto tempo que seria feito o sistema integrado de telefonia celular. Então, a nossa idéia seria, o projeto deixou para que o Governo do Estado regulamentasse nas principais rodovias. O Senhor deve ter lido o Projeto.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Mas ele diz aqui que o seu Projeto não fala coisa com coisa. O Senhor leu?

O Sr. Cezar Silvestri - Li, inclusive dizendo que era contrário ao interesse público. Acredito que não é contrário ao interesse público, e que o próprio Governo do Estado instituiu o SIATE aqui na Capital, e não é contrário ao interesse público, muito pelo contrário. Então, a nossa idéia seria que fosse instituído nas principais rodovias do Paraná, inclusive interligado pelo sistema de telefonia celular, que dentro de três anos praticamente todo o Paraná estará interligado, onde poderia rapidamente a pessoa, e a própria ambulância tendo telefone, em dez, quinze minutos, uma distância aí de 20, 30 quilômetros poderia atender um acidentado. Então, a idéia seria essa, acho que não é contrário ao interesse público, o que os deixa chocados é o fato que nós como Deputados quando apresentamos projetos autorizatórios o Governador veta porque diz que é inconstitucional, se não pudermos aqui apresentar projetos autorizando o Governo, é uma forma de nós mostrarmos as nossas idéias, não sei o que nós estamos fazendo neste Parlamento.

Acho que é o momento dos Deputados, todos pararem. Fico estarelecido em ver Deputados que dão apoio e sustentação ao Governo do Estado votarem contra os seus próprios Projetos na hora da apreciação dos vetos por parte do Governador do Estado.

Acho que nós estamos perdendo a personalidade e nós não podemos mais admitir, inclusive o povo que nos elegeu, o povo que nós estamos representando não aceita mais atitudes que os Deputados vêm tomando aqui nesta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Deputado Cezar, só para encerrar.

Se o Projeto de criar uma delegacia para a mulher, criar um SIATE nas rodovias do Paraná, criar projeto para melhor as escolas de meu Estado, criar projetos para melhorar a agricultura, criar projetos pa-

ra gerar empregos, criar projetos como o Deputado Ernani criou a respeito da habitação do Paraná, criar projetos como o Deputado Rosinha criou, pedindo à Casa abrigar, Vossa Excelência sabe, projeto lindíssimo para que a mulher espancada tenha o direito de ter uma casa até que a justiça responsabilize aquele que a violentou nos seus direitos. Quer dizer, são projetos importantíssimos, a preocupação da Deputada Emilia, a minha, também somos Deputados por Londrina, a minha preocupação com a Polícia Técnica, o Deputado Algaci criando uma série de projetos para a polícia, para outro setor social o Deputado Paulo Maia, todos os Senhores. Quer dizer, se nós estamos aqui criando projetos e tudo é vetado, tudo é inconstitucional, tudo não tem dinheiro, então me perdoem, perdoem-me, aqui o Brasil não vai dar certo, nunca deu e nunca dará certo.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Deputado, ocupando o espaço que resta a Vossa Excelência, Sr. Presidente e Srs. Deputados, só quero fazer um comunicado com muita satisfação que o Deputado João Preis, fiquei sabendo no gabinete dele, rompeu com a Bancada do Governo, cansou de apoiar um Governo que não tem demonstrado serviço e muito irresponsável perante a sociedade paranaense. Quero dar as boas vindas, antes do anúncio oficial do Deputado, as boas-vindas para a oposição, vai engrossar as fileiras dos Deputados que compõem as Bancadas de oposição da Assembleia. Apenas para registrar essa nossa satisfação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, se entendi o discurso do Deputado Alborghetti e também o aparte do Deputado Colombino Grassano, quando ambos os Deputados afirmam que estamos apreciando veto, cujo prazo o Sr. Governador não o fez em tempo hábil. Sr. Presidente, eu gostaria de saber de Vossa Excelência e da Mesa se a partir desta data a Assembleia passará a receber e colocar na Ordem do Dia vetos desta natureza. Isto é, repito, quando o Executivo, não cumprindo o prazo constitucional e encaminha para a Casa, se a Casa vai passar, mesmo assim, a apreciar, como é o fato que denuncia o Deputado Colombino e Alborghetti?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ao Deputado Basílio Zanusso que está tomando as providências com relação a manifestação formalizada pelo Deputado Colombino Grassano com referência a um veto apostado ao seu Projeto de Lei. Com referência ao veto que encontra-se na Ordem do Dia de hoje, a nós não havia sido informado ou levantada qualquer

suspeição quanto atrasos, a não ser neste momento. Iremos também averiguar esta questão. Pode ter certeza V. Excelência que se os prazos não foram obedecidos, esta Presidência haverá de tomar o posicionamento que recomendam o Regimento e a Constituição do Estado.

Todos estes assuntos, é bem verdade, antes de qualquer decisão, sempre temos colocado à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, que é um fórum suprapartidário, onde também as decisões adotadas teremos que acatar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero registrar com prazer e satisfação para a Casa, e hoje parece-me que somos todos nós Parlamentares gratificados pela presença de tantos estudantes do Interior do Estado e agora também da Capital do Paraná, estão aqui, na parte superior da Assembleia, alunos da Escola Municipal Joaquim Távora, escola localizada na Cidade Industrial, que tem como Diretor a nossa amiga Professora Sonia do Rocio Lima. As crianças acompanhadas pelas Professoras Remy, Marli e Neuza. Sejam bem-vindos, portanto, estes alunos que vêm enriquecer este dia, até certo ponto conturbado, que tivemos na Capital, devido a choques que aconteceram pela manhã envolvendo estudantes, envolvendo a Guarda Municipal, que nosso Líder Deputado Paulo Maia, na continuação, vai fazer um relato.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa soma-se às manifestações de regozijo e votos de boas-vindas aos estudantes da Escola Joaquim Távora, de Curitiba, a exemplo das escolas do interior, já mencionadas.

Registramos, com satisfação, a presença do Prefeito de Farol, Gilmar Cardoso, a pedido do Deputado Toti Colaço.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Minha saudação também aos estudantes que aqui se encontram nas tribunas de honra, de Bela Vista do Paraíso, aos estudantes da Capital do Estado e aos professores e professoras que estão acompanhando a juventude do Paraná nesta sessão, nesta tarde.

Não vou fazer um discurso e sim apenas trazer algumas considerações a respeito daquela catástrofe que ocorreu no dia 29 de setembro agora, no Município de Irati.

Como é do conhecimento de toda a população do Paraná, e de nosso País, Irati, na quarta-feira passada, por volta das dezessete horas, sofreu grande tempestade de

granizo e um violento furacão.

A imprensa mostrou através da televisão, principalmente, a quantidade enorme de granizo que caiu sobre Irati.

Para se ter uma idéia, recebi hoje pela manhã um relatório preliminar elaborado pelo Núcleo Regional da Secretaria de Agricultura de nossa Região e pudemos já, de pronto, observar os grandes prejuízos que Irati sofreu, principalmente na nossa agricultura. Numa época em que a terra está praticamente nua e aonde a plantação estava nascendo, de feijão, milho, fumo, batata, trigo, arroz, por onde passou a chuva de granizo o prejuízo foi praticamente total, num valor aproximado de 2 milhões e 700 mil dólares.

Estes números foram levantados pela Secretaria de Agricultura, pela EMATER e pelos demais órgãos centralizados em Irati que atendem nossa Região.

Além deste prejuízo à nossa agricultura, também em nossa cidade, o ginásio de esportes do Sesi caiu a cobertura, a cobertura de um posto de gasolina e outras empresas que, além de desabar com o peso das pedras, dos granizos, outras, com a força do vento, acabou arrancando toda a sua cobertura, além do que, dezenas de residências, de casas populares principalmente, que tiveram os seus telhados totalmente danificados. Tão logo recebemos este suscito relatório nós encaminhamos expediente ao Ministro da Agricultura, De Pascoale, ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, Heitor Wallace de Mello e Silva, solicitando que reforce os recursos através do Banco do Estado para programa "panela cheia" e também para o Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Fernandes Dias, solicitando de imediato e de pronto, a distribuição de sementes, principalmente, feijão e milho, para que os nossos agricultores possam ainda, em curto espaço de tempo, recuperar parte dos seus prejuízos.

Seriam estas as notícias, estas as primeiras informações que eu trago e quero deixar registrado nos Anais da Casa, com o que aconteceu com a nossa querida Irati.

Possivelmente na semana que vem, haveremos de ter um relatório final e vamos fazer comentários e encaminhamentos aos Secretários de Estado e Ministros para que eles possam, nesta hora de muita dificuldade por que passa a nossa agricultura, socorrer a nossa comunidade de Irati.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra, no Pequeno Expediente o Sr. Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por diversas oportunidades

temos nos manifestado nesta Casa contra atos de violência da Polícia Militar do Paraná, a exemplo do que ocorreu em 88 quando, diante desta Casa e diante do Palácio Iguazu, houve um massacre da Polícia Militar aos professores do Paraná quando reivindicavam os seus direitos, através do movimento paredista, reivindicavam atendimento pelo Governo do Estado. Hoje nós assistimos à manifestação dos estudantes curitibanos, exigindo aquilo que a Câmara de Vereadores aprovou que é a meia passagem, uma velha luta do estudante paranaense. Para a nossa tristeza, também a Guarda Municipal de Curitiba, agiu da mesma forma e agiu com violência em relação ao movimento dos estudantes e a Bancada do PDT nesta Casa, não poderia deixar de ser coerente com a sua postura, quando se manifestou em relação ao governo do Estado e à polícia Militar e neste momento também, está se manifestando e deixando bastante claro, que não apóia este tipo de atitude, porque acha que toda agressão leva a uma agressão maior ainda, porque, lamentavelmente, quem perdeu não foi apenas o estudante, quem perdeu foi o patrimônio público, porque houve depredação de bens públicos e com isso não podemos concordar em hipótese alguma. Temos que deixar registrado também, nesta Casa e nesta data, que pessoas presentes àquela manifestação e isto nós não podemos deixar que aconteça também com o nosso estudante, pessoas que estavam presentes àquela manifestação, recolheram mais de 15 garrafas de bebidas alcoólicas, inclusive companheiros jornalistas que estavam presentes ouviam e viam esse recolhimento de bebidas alcoólicas dentre os estudantes. Nós temos certeza que isto não leva a lugar nenhum. Toda manifestação pública, toda manifestação por direito, com certeza, terá o apoio da Bancada do PDT. E, para nossa surpresa, nós também ouvíamos e eu creio que aquelas pessoas que agem honestamente também ouviram, quando, do caminhão de som, o Líder do movimento dos estudantes pedia aos mesmos que não bebessem durante a manifestação, pois assim perderiam a razão.

A Bancada do PDT se solidariza com a manifestação dos estudantes, acha justo, assim como achou justo e nesta Casa votou quando tramitou o projeto de lei, criando a meia passagem indistintamente no Estado do Paraná para os estudantes. O Governo do Estado em uma oportunidade já vetou esse projeto de lei e não houve, por parte dos estudantes, depredamento do patrimônio público. O que merece ser destacado. Mas hoje houve depredamento não só do patrimônio público, mas, também, o depredamento do patrimônio particular: carros de pessoas que não tinham nada a ver e que não têm nenhuma ligação com o patrimônio

público, foram depredados. E isto é ruim quando nós acreditamos em um País gigante, em um País forte, quando nós acreditamos naquele estudante de cara pintada que foi um dos grandes responsáveis pela derrubada do Governo Collor, governo da corrupção, governo da bandalheira criada neste País.

Queremos deixar bem claro e vamos voltar a repetir, a Bancada do PDT não apoiará qualquer ato de violência seja da Polícia Militar, que, além do episódio aqui dos professores, tem já registrado aquele episódio de Campo Bonito onde lá foram assassinados policiais e também foram assassinados os sem-terra. Eu acho que não é por aí e a polícia não deve ser usada para a repressão das manifestações do trabalhador e do estudante. O bandido está aí para ser pego, o assaltante está aí para ser preso. O estudante está fazendo uma manifestação que ele considera justa e tem o nosso apoio. Tem o nosso repúdio a Guarda Municipal quando age com violência, porque nós sabemos que saíram feridos desta manifestação de hoje, tanto policiais quanto estudantes e isso não soma, isso não traz o engrandecimento do movimento reivindicatório.

Tem, o estudante curitibano e o estudante paranaense, o apoio da Bancada do PDT nesse tipo de manifestação por um direito à meia passagem ou por direito à isenção, como já em outras oportunidades fizemos. Mas não podemos concordar que outras pessoas também e aqui queremos deixar registrado, como vieram nos trazer e nós deixamos registrado aqui, nesta Casa, vieram nos trazer que essa manifestação de hoje foi orquestrada pelo Governo Roberto Requião a fim de desestabilizar o Prefeito Rafael Greca. Creio que por mais insensato que seja e por mais desavenças que haja entre o Governo Requião e o Governo do Município de Curitiba, o Governador não seria tão irresponsável a ponto de incentivar o estudante ir contra o patrimônio do povo. Nós não concordamos com esta hipótese, nós achamos que de fato houve exagero por parte da guarda municipal que exagerou em relação aos Professores, e hoje exagera em relação aos estudantes curitibanos.

Achamos que toda manifestação do povo é válida, pois representa a sua revolta e a sua forma de protesto contra os atos dos governantes e dos legisladores, e essas vozes precisam ser ouvidas, essas vozes precisam ser respeitadas. E nós sabemos, também que no momento daquela manifestação a Prefeitura através do seu Prefeito havia o seu assessor político e mais um grupo de assessores para tentar entrar em entendimento com os estudantes quando houve a incitação e o quebra-quebra, chegando-se a violência que chegou.

Já participei de diversas manifesta-

ções, jamais admitimos que o patrimônio público pagasse o preço da nossa revolta, ou do nosso desentendimento, ou do nosso protesto. Jamais admitimos isso, lutávamos por salários justos aos professores, e por direitos justos aos trabalhadores. Hoje o estudante curitibano lutava pelos seus direitos. Dizer que está ficando inviável o transporte coletivo não é novidade para ninguém, como está ficando inviável viver neste País, principalmente o trabalhador de salário mínimo. Está ficando inviável porquê. Aí as altas, o custo de vida está subindo a cada dia, o combustível a cada dez dias. O País virou uma baderna.

O salário mínimo e o trabalhador é que pagam os piores preços. E o estudante - que em sua maioria, muitas vezes está aqui com sérios sacrifícios, o passe escolar nesse momento seria algo grandioso, e eu creio que o Estado do Paraná, através desse último processo passado tenha a sensibilidade que não teve a Prefeitura de Curitiba e que já tenha uma proposta para que o passe escolar seja estendido aos estudantes das escolas públicas estaduais. Mas nós temos certeza que há de se trabalhar em lei, para que isso seja estendido a todos os estudantes indistintamente. Queremos fechar dizendo, a bancada do PDT nesta Casa, repudia o ato de violência nessa manhã da guarda municipal, como lamenta profundamente que ao invés de se chegar ao diálogo tenha-se chegado ao confronto aonde os dois lados saíram perdendo, saiu perdendo a guarda municipal, saiu perdendo os estudantes, e pior ainda, saiu perdendo o patrimônio público, com certeza o Paraná não aprova esse tipo de atitude.

Queremos os nossos estudantes nas ruas, os trabalhadores nas ruas protestando contra seus direitos, de forma pacífica, de forma coerente, porque é o único meio que tem o trabalhador, que tem o estudante é a praça pública. Lamentavelmente não tem o estudante, não tem o trabalhador nesse País as tribunas das Câmaras municipais, das Assembléias Legislativas ou do Congresso Nacional para dizer o seu descontentamento. Apenas em dois momentos, esse da praça pública e aquele quando vai dar o seu voto a quem ele acredita que será o seu representante.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

(Declina).

Havendo declinado, com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Deputados.

Esta Assembléia discutiu, votou e aprovou uma lei que entendemos de suma importância no momento em que procuramos conscientizar a população brasileira de que é muito importante, realmente, a doação de órgãos, tanto é que várias campanhas têm sido veiculadas pela imprensa e, por trás disso tudo, muitas vidas têm sido salvas.

No entanto, uma lei aprovada por esta Casa, ainda nesse ano, que acabou sendo vetada pelo Governador do Estado objetivava instituir a faculdade de doação de órgãos passíveis de serem transplantados e disciplinava a adoção de medidas de ordem técnica.

Já tínhamos, de 1991, projeto de nossa autoria votado, aprovado e sancionado instituindo o ano de 1991 como o ano estadual dos transplantes. Este projeto que Assembléia visava a melhorar, ainda mais, o nosso projeto, no entanto, não entendeu assim o Poder Executivo, nós até entendemos a posição porque se tratava de matéria que não era da faculdade do Governo Estadual, e sim do Governo Federal. Naquela ocasião, eu me comprometi, então, que encaminharia para os órgãos competentes sugestões no sentido de procurarmos melhorar e incentivar, cada vez mais, a questão da doação de órgãos.

Por esta razão estou encaminhando, hoje, à Mesa o envio de Expediente ao Presidente da República, solicitando estudo visando a incluir na Lei Federal 7.116 a possibilidade da doação de órgãos na cédula de identidade para que as pessoas que sejam doadoras possam ter nas suas cédulas de identidade de que ele é um doador de órgãos e que, por eventualidade, em algum acidente se saiba que aquela pessoa pode ser doadora de órgãos.

Da mesma forma estou encaminhando ao CONTRAN, sugerindo a impressão nas carteiras de habilitação, carteiras de motorista, a faculdade da doação de órgãos.

Este é um assunto.

O outro assunto que me traz à Tribuna é para dizer que nós temos sido aqui neste Plenário, nesta Tribuna um opositor contundente ao Governador do Estado do Paraná, principalmente naquilo que não se coaduna com a política do nosso Partido, o PDT, e até mesmo em questões pessoais.

Continuaremos nessa postura, não a mudaremos, porque entendemos ser salutar o papel da Oposição que procura alertar o Governador, à Bancada do Governo para alguns problemas que, às vezes, quem está dentro não está enxergando.

Sinto-me aqui na obrigação, e o faço sem nenhum constrangimento, de fazer um agradecimento primeiro ao Deputado Anibal Khury, Primeiro Secretário desta Casa, que

viabilizou, que pediu ao Governador do Estado para que olhasse com um pouco mais de carinho a nossa região metropolitana, especialmente região do Vale da Ribeira que tem sido um das áreas mais pobres deste Estado do Paraná. Passaram governos por aqui e poucos ou quase nenhum deles se interessou em levar alguma melhoria para aquela região.

Desde ontem estamos acompanhando a maneira como se está portando o Governador do Estado no atendimento à região metropolitana ontem em Piraquara e Pinhais, hoje pela manhã em Almirante Tamandaré, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, já juntamente com os prefeitos de Dr. Ulisses e também do Cerro Azul. Lá estávamos juntamente com o Deputado Anibal Khury, com o Deputado Nelson Justus, com o Deputado Kielse Crisóstomo da Silva, Deputado Neivo Beraldin, todos nós integrantes do Bloco Parlamentar Metropolitano, preocupados que sempre estamos aqui a cobrar do Governo do Estado um olhar com mais carinho para a Região Metropolitana, esta região que cresce extraordinariamente em função da chegada aqui a Curitiba e aos arredores de tanta gente que vem do interior do Estado, e ela precisa da infra-estrutura. Os seus moradores pagam os impostos, os prefeitos independentes das cores partidárias são integrantes de um processo desse Estado do Paraná e nós aqui parlamentares independentes das posições que tomamos, da posição partidária, nós todos contribuimos porque nesta Casa nós aprovamos os orçamentos do Estado, as suplementações, o que quer dizer que nós temos também o direito nesta hora de dizer de que estamos trabalhando pela região metropolitana de Curitiba.

Por isso hoje eu quero aqui externar, em meu nome, mas eu acredito que os demais parlamentares farão isso na continuação, mas quero externar aqui os meus cumprimentos ao Governador do Estado, ao seu secretariado, pessoal da COMEC que estiveram acompanhando o Governador na visita hoje aos municípios da Região Metropolitana e conversando pessoalmente com o Governador, dizia-me ele da sua tristeza em ver a situação da Região Metropolitana.

Talvez não tivesse tido o Governador Requião uma oportunidade com mais tempo, como teve hoje de ver de perto a situação, a falta de infra-estrutura, o inchaço da região Metropolitana, a timidez até de alguns prefeitos, que não alinhados ao governo tenham de chegar a exigir. Então acho que foi muito importante e quero registrar aqui, Senhor Presidente, o meu agradecimento em nome da minha Bancada, em nome dos municípios, a que temos alguns votos na região metropolitana, da minha satisfação, falei ao Senhor Governador

que faria este reconhecimento desta Tribuna e aqui estou fazendo, independente, repito mais uma vez, da minha situação de ser oposição ao Governador, mas acima de tudo de ter também respeito quando se vê que os benefícios se levam as regiões das quais nós temos um contato mais próximo.

Fica aqui portanto esse registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, no Grande Expediente.

Ausente.

Horário das Lideranças

PSD, PFL, PG, PMDB declinam.

PT, com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Paulo Maia usando o Horário da Liderança do PDT, colocou a situação e os fatos ocorridos hoje na nossa Capital.

Eu não quero entrar no mérito de quem começou o ato de violência, até porque eu não estava presente, não fui testemunha ocular dos fatos, mas o que a gente sabe é que a guarda municipal nos últimos anos vem exagerando no seu papel.

Quando nós pegamos o estatuto de criação da Guarda Municipal, demonstra que ela foi criada com a função de preservar o patrimônio público e não o de fazer policiamento ostensivo pelas ruas ou em qualquer região da nossa cidade e essa violência da guarda, eu quero aqui resguardar, inclusive a maioria daqueles que hoje são chamados de guardas municipais, porque é uma orientação da administração da chefia dessas guardas.

Eu tenho oportunidade de falar com vários deles, inclusive visitando lá o local, não sei se poderíamos chamar de quartel o local onde ele ficam, a sede, e na semana passada inclusive eles se negaram a cumprir tarefa como ficar enclausurado dentro daquela casinhola que tem na Rua XV, numa casinhola de cor escura, de metal, que no inverno é um frio terrível e no verão um calor insuportável, sem sequer um rádio na mão, porque não adianta estar lá sozinho sem um rádio, permanecendo por doze horas sem o fornecimento de alimentação para eles, e mais: não tem banheiro quando necessita. Essa é a situação que a guarda municipal está sendo colocada para trabalhar, ela enfrenta essa situação e no outro momento quando é colocada aí em ato público ela é incitada pelos seus comandantes para agir com violência, como fez isso com o servidor público do Município no mês de março. Então, é a administração pública do Município de Curitiba é que vai ter que decidir, e eu espero que decida

por aquilo que a guarda foi criada, a preservação do patrimônio público e não o caráter de policiamento, inclusive de policiamento de ruas como tem sido feito na XV dentro daquelas cabines, nas quais estão ali para preservar o patrimônio privado dos empresários que têm as lojas na rua XV. O policiamento público cabe nas ruas à Polícia Militar e não à Guarda Municipal. Se a Polícia Militar não está cumprindo com o seu papel cabe a nós, Deputados e Vereadores, exigir que ela passe a cumprir esse papel; mas não ser substituída por uma guarda de um município e agindo constantemente com violência. Se ela está para preservar o patrimônio público, e ela porventura tenha sido agredida, que eu não sei do fato, só fiquei sabendo do ocorrido, não presenciei, se ela é agredida o que ela deve fazer é no mínimo tentar evitar o confronto pessoal, esse é o mínimo que se faz. Mas não, ela sempre vai para o confronto, e eu presenciei mais que uma ação de guarda municipal, a última foi greve dos servidores quando ocuparam o CPD, tentei dialogar por mais que uma vez com o Coronel Cândido, que comanda, e ele tem a sua filosofia, sua ideologia formada pela Ditadura de 64, ele não entende de linguajar a não ser o de descer o cacete. E é isso que tem que ser revisto. Pois não Mário Bezerra.

O Sr. Mário Bezerra - Deputado, eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede. Eu apenas quero registrar o meu espanto quando por volta de 12:15, 12:20 do meu gabinete no 5º andar eu assisti a depredação e o vandalismo promovido por estudantes. Tinha estudantes com pedaço de pau de um metro e meio na mão. Vi eles atirarem pedras no Tribunal de Justiça, assisti eles atirando pedras e outros objetos na estação tubo, a qual está destruída. Tinham dois policiais em frente ao Tribunal de Justiça, do lado de cá, dois policiais militares, os estudantes contornaram o Tribunal de Justiça, depois de terem feito a parada à rua que passa em frente à Prefeitura. Quando circundaram o Tribunal de Justiça os policiais não foram fazer a vigilância, somente se dirigiram aos estudantes para ver se os intimidava após terem atirado várias pedras no Tribunal de Justiça e praticamente terem destruído a estação tubo. Eu fico espantado, lamento atitude como essa, porque sou um Deputado democrático, aceito as manifestações populares, mas vandalismo eu nunca posso endossar. Então, fiquei espantado, liquei inclusive para alguns jornais para flagrarem que eram estudantes mesmo atirando pedras, inclusive o rapaz que estava em cima do caminhão pedia: "Vamos embora, porque estava incontrolável a manifestação

dos estudantes no sentido de vandalismo. Até desta Tribuna, eu gostaria que a Mesa remetesse algum documento à direção daqueles que estavam promovendo a manifestação para que identifique as pessoas que praticaram esse ato de vandalismo, lamentável, que os puna e que os faça responder processo judicial; se forem menores que os pais respondam por eles, mas não podemos aceitar de que Curitiba, tão famosa pelo mundo inteiro, deixe passar em branco um episódio lamentável que foi o vandalismo que destruiu a estação tubo, que atiraram pedras no Tribunal de Justiça e à própria Assembléia Legislativa. Eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência, mas em momento nenhum do meu pronunciamento eu defendi qualquer ato de vandalismo, e jamais o farei, porque o que eu estou colocando, até no início do pronunciamento eu falei que não queria entrar no mérito de quem teve a iniciativa da violência, mas fiz críticas ao comando da Guarda Municipal por outros momentos que já tenho presenciado e a situação que coloca aqueles homens a trabalhar.

É lógico, quando você já trabalha há longo tempo numa situação injusta, se você vai para um confronto deste tipo, você está mais exasperado e não tem quem segure. E, pelo que fui informado, V.Exa. acabou de confirmar, o comando do movimento pediu para o pessoal ir embora. Isto já tinha me dito também, dizendo que não foi orientação do comando quando eles solicitaram para que não se fizesse isto. Isto me falaram. Perguntei: - Mas foi o comando que simulou? Falaram - não, não foi. O comando inclusive pediu para o pessoal ir embora. Agora, no momento em que se acirram os ânimos, ninguém segura ninguém.

Nós temos o papel de contrapor e sermos contrários a este tipo de ato de destruição do patrimônio público, que somos nós que pagamos.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - V.Exa. me permite um aparte?
(Assentimento)

Escutei as palavras do Mário Bezerra e gostaria de dizer mais, não foi só na questão da Prefeitura e na estação tubo, aqui dentro, no próprio pátio da Assembléia Legislativa, carros foram atingidos. Como foi o caso do chefe de nosso gabinete, que teve os vidros de seu carro quebrados. Então, aqui como-me ao aparte do Deputado Mário Bezerra e espero que sejam punidos. Sei que foram detidas pessoas que estavam usando os estudantes que eram usados como massa de manobra. Espero que estes que foram detidos sejam punidos.

Curitiba, quinta, em 07.10.93

O SR. DR. ROSINHA - Só reafirmo que não estou defendendo estes atos que V.Exa. está levantando. Não estou defendendo que isto deva existir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrado o Horário do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

A Mesa, antes de iniciar a votação, pretende fazer alguns comunicados.

Numa das sessões realizadas na semana passada, foi aprovada a dispensa da redação final para o Projeto 181/93, que abria crédito suplementar de 22 bilhões, 41 milhões, 524 mil cruzeiros ao orçamento da FASPAR. Tendo em vista a mudança da moeda, é evidente que este valor deixou de ser 22 bilhões.

Neste sentido, e dentro daquilo que estabelece o nosso Regimento Interno, esta Presidência dá ciência aos Senhores Deputados, do artigo nº 187, § 4º, que diz o seguinte: "A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos, sem emendas".

E Artigo 188, parágrafo terceiro: "Quando após a aprovação da redação final..." que não é o caso, porque ela foi dispensada, "... e até a expedição do autógrafo, se verificar correção, da qual dará o conhecimento ao Plenário".

Neste sentido, estamos solicitando que o Projeto 181/93 seja remetido à Comissão de Redação, para que na mesma se processe a correção deste valor. Ao invés de 22 bilhões, para 22 milhões de cruzeiros reais.

A Mesa informa, para que não desperte dúvidas quando este projeto retornar à Ordem do Dia da semana que vem, em redação final, já que foi aprovado e teve a redação final dispensada.

Informamos também que na segunda-feira da próxima semana não realizaremos sessão ordinária. A Assembléia funcionará normalmente, o trabalho administrativo e os Senhores Parlamentares que desejarem manter seus gabinetes abertos e funcionando, a Casa estará aberta. Aqueles que entenderem de forma diferente, poderão assim agir.

A partir de quarta-feira, dia 13, a Assembléia funcionará normalmente, tanto no aspecto administrativo, quanto de plenário, tanto que já temos aqui relacionados os projetos que irão à Ordem do Dia. Na sessão de 4ª-feira, a Mesa, em função de entendimento mantido com a Deputada Emilia Belinati que nos encaminha uma solicitação, destinará o Pequeno Expediente, 30 minutos e o Grande Expediente, 30 minu-

tos, para que, neste dia, possa haver manifestações tanto dos senhores Deputados e de pessoas que serão convidadas pela Deputada Emilia Belinati, para neste dia, se manifestarem a respeito do "Dia Nacional contra a Violência", que é comemorado no dia 10 de outubro. Então, como 10 de outubro é domingo e na segunda-feira não teremos sessão Plenária e na terça é feriado nacional, faremos realizar na sessão do dia 13, essas manifestações.

Então o pedido da Deputada Emilia para que o Pequeno e o Grande Expediente da sessão do dia 13 sejam reservados a esta manifestação está deferido e os senhores Deputados, devidamente cientificados.

O SR. PAULO MAIA - Requeiro verificação de quórum para aprovação dos projetos e prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Paulo Maia requer verificação de votação e o Deputado Toti Colaço solicita a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor 1º Secretário, Deputado Fregonese, para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Vinte e cinco Srs. Deputados responderam a Chamada, não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente, comunicando seu ingresso no Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Cezar Silvestri e Colombino Grassano, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência, atendendo manifestação do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, de ofício, retira da Ordem do Dia a Proposição nº 47/93 para que possamos fazer as averiguações solicitadas pelo Deputado, e tão logo as tenha concluído retornará com o Projeto à Ordem do Dia se este for o caso.

(Todos os Projetos em anexo foram lidos e ficaram com sua discussão encerrada).

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 047/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que institui o sistema integrado de atendimento à Emergência - SIATE nas rodovias Estaduais. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão.

DF/DTL/SAT nº 235/93

Curitiba, 03 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 116/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 371/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque o mesmo, pela forma ampla e genérica como está redigido, não apresenta as necessárias condições de exequibilidade e, ainda, por configurar aspectos de inconstitucionalidade, eis que demandaria recursos financeiros não suportáveis pelas atuais dotações orçamentárias.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 371/92 encontra-se publicado no DA nº 168/92, de 24.11.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 047/93

P A R E C E R:

A proposição 047/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que institui o Sistema Integrado de Atendimento à Emergência - SIATE nas rodovias estaduais.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Por tais fatos, este relator considera a presente Proposição em perfeitas condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 296/93, de autoria do Deputado Mario Bezerra, que cria o Distrito Industrial do Médio Noroeste do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C e C.O.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 367/93, de autoria do Deputado João Iensen, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor Ivo Luiz de Souza. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 415/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que declara de Utilidade Pública a Fundação do Bem-Estar do Menor do Município de Pinhão-PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 434/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Ampére. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 445/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especial de atendimento às pessoas de terceira idade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.S.P.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 490/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Educacional Duque de Caxias. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 499/93, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Promocional e Assistencial de Toledo - APA, com sede e foro no Município de Toledo - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 501/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 506/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Palmital, com sede e foro no Município de Pinhais, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 519/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação

de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Iguaraçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 530/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro na Comarca de Faxinal - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 011/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Ouro Verde do Sul, desmembrado do Município de Sangés. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Encerrada a discussão. (Publ no D.A. n° 111, de 17.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 011/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Resolução n° 011/93, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Ouro Verde do Sul, desmembrado do Município de Sengés.

Da análise do referido projeto, não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 011/93

P A R E C E R:

O projeto de resolução em exame, de autoria do Deputado Erondy Silvério, objetiva a realização de plebiscito, na área que especifica, visando a criação do Município de Ouro Verde do Sul, desmembrado do Município de Sengés.

Ao ser apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

Esta Comissão, ao analisar o projeto de resolução em apreço, nada encontrou que impeça a sua normal tramitação nesta Casa, opinando assim favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.93

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre

a mesa, Requerimento nº 3915, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3899, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3903, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3911, de autoria dos Srs. Deputados Domingos Carvalho, Rossoni, Júlio Bifon e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3922, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa informa, mais uma vez aos Srs. Deputados que na próxima segunda-feira o período será destinado aos trabalhos das comissões e na próxima quarta-feira, Sessão Ordinária com Pequeno e Grande Expedientes destinados a manifestações alusivas ao Dia de Combate à Violência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 052 e 058/93.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 039, 296, 367, 415, 434, 445, 490, 499, 501, 506, 519 e 530/93.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/93

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 056 e 181/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 471, 477, 482, 510, 511, 514, 515, 516, 526, 543, 552, 561, 562, 563, 566 e 568/93.

Levanta-se a sessão.